

BANCA E CRÉDITO

[Decreto-Lei n.º 42-A/2013 de 28 de Março](#), Ministério da Economia e do Emprego

Sumário: Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 133/2009](#), de 2 de junho, relativo ao Regime do Crédito ao Consumo, e transpõe a Diretiva n.º [2011/90/UE](#) da Comissão, de 14 de novembro, que estabelece os pressupostos adicionais para o cálculo da taxa anual de encargos efetiva global

[Portaria n.º 2/2013 de 2 de Janeiro](#), Ministérios das Finanças, da Justiça e da Economia e do Emprego

Sumário: Estabelece o regime e o procedimento aplicáveis ao reconhecimento das entidades que integram a rede extrajudicial de apoio a clientes bancários, adiante designada "Rede", a que se refere o [Decreto-Lei n.º 227/2012](#), de 25 de outubro

[Lei n.º 59/2012 de 9 de Novembro](#), Assembleia da República

Sumário: Cria salvaguardas para os mutuários de crédito à habitação e altera o [Decreto-Lei n.º 349/98](#), de 11 de novembro

[Lei n.º 58/2012 de 9 de Novembro](#), Assembleia da República

Sumário: Cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil

[Decreto-Lei n.º 227/2012 de 25 de Outubro](#), Ministério da Economia e do Emprego

Sumário: Estabelece princípios e regras a observar pelas instituições de crédito na prevenção e na regularização das situações de incumprimento de contratos de crédito pelos clientes bancários e cria a rede extrajudicial de apoio a esses clientes bancários no âmbito da regularização dessas situações

[Decreto-Lei n.º 226/2012 de 18 de Outubro](#), Ministério da Economia e do Emprego

Sumário: Procede à extensão do âmbito de aplicação do [Decreto-Lei n.º 51/2007](#), de 7 de março, aos demais contratos de crédito garantidos por hipoteca, ou por outro direito sobre imóvel, e celebrados com clientes bancários particulares



UNIÃO GERAL DE CONSUMIDORES

[Decreto-Lei n.º 225/2012 de 17 de Outubro](#), Ministério da Economia e do Emprego

Sumário: Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 27-C/2000](#), de 10 de março, que aprova o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários, estabelecendo as bases dos protocolos a celebrar entre o membro do Governo responsável pela área da defesa do consumidor, o Banco de Portugal e as instituições de crédito que pretendam aderir ao referido sistema e, bem assim, o respetivo regime sancionatório

[Lei n.º 19/2011 de 20 de Maio](#), Assembleia da República

Sumário: Primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 27-C/2000](#), de 10 de Março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários

[Decreto-Lei n.º 12/2010 de 19 de Fevereiro](#), Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Cria as sociedades financeiras de microcrédito.

[Decreto-lei n.º 3/2010 de 5 de Janeiro](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Consagra a proibição de cobrança de encargos pela prestação de serviços de pagamento e pela realização de operações em caixas Multibanco.

[Decreto-Lei n.º 317/2009 de 30 de Outubro](#), Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 84/2009](#), de 26 de Agosto, aprova o regime jurídico relativo ao acesso à actividade das instituições de pagamento e à prestação de serviços de pagamento, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2007/64/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro

[Decreto-lei n.º 222/2009 de 11 de Setembro](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Estabelece medidas de protecção do consumidor na celebração de contratos de seguro de vida associados ao crédito à habitação e procede à nona alteração ao [Decreto-Lei n.º 349/98](#), de 11 de Novembro

[Decreto-lei n.º 199/2009 de 27 de Agosto](#) Ministério da Economia e da Inovação



UNIÃO GERAL DE CONSUMIDORES

Sumário: Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 54/2008](#), de 26 de Março, estendendo o regime de não penalização da movimentação de saldos de contas poupança-habitação às entregas efectuadas até 1 de Janeiro de 2005

[Aviso n.º 6/2009 de 20 de Agosto](#) Banco de Portugal, Diário da República de 20 de Agosto de 2009, II Série

Sumário: Estabelece regras relativas às características dos depósitos

[Aviso n.º 5/2009 de 20 de Agosto](#) Banco de Portugal, Diário da República de 20 de Agosto de 2009, II Série

Sumário: Estabelece os deveres de informação a serem observados pelas instituições de crédito na comercialização de depósitos indexados e depósitos duais

[Aviso n.º 4/2009 de 20 de Agosto](#) Banco de Portugal, Diário da República de 20 de Agosto de 2009, II Série

Sumário: Estabelece os deveres de informação a serem observados pelas instituições de crédito na comercialização de depósitos simples

[Decreto-lei n.º 192/2009 de 17 de Agosto](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 51/2007](#), de 7 de Março, que regula as práticas bancárias na concessão do crédito à habitação, estendendo o seu regime a outros contratos de crédito garantidos pelo mesmo imóvel e reforçando o direito do consumidor à informação, e procede à extensão do regime estabelecido pelo [Decreto-Lei n.º 171/2008](#), de 26 de Agosto, a este tipo de créditos

[Decreto-lei n.º 144/2009 de 17 de Junho](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Cria o mediador do crédito

[Decreto-lei n.º 133/2009 de 2 de Junho](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º [2008/48/CE](#), do Parlamento e do Conselho, de 23 de Abril, relativa a contratos de crédito aos consumidores

[Decreto-lei n.º 125/2009 de 22 de Maio](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 158/2002](#), de 2 de Julho, que aprovou o novo regime jurídico dos planos de poupança-reforma, dos planos de poupança-educação e dos planos de poupança-reforma/educação

[Decreto-lei n.º 171/2008 de 26 de Agosto](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Aprova medidas de tutela do mutuário no crédito à habitação no âmbito do reforço da renegociação das condições dos empréstimos e da respectiva mobilidade

[Decreto-lei n.º 88/2008 de 29 de Maio](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Altera o [Decreto-Lei n.º 51/2007](#) de 7 de Março, que regula as práticas comerciais das instituições de crédito no âmbito da celebração de contratos de crédito para a aquisição ou construção de habitação, o [Decreto-Lei n.º 430/91](#) de 2 de Novembro, que regula a constituição de depósitos, e o [Decreto-Lei n.º 171/2007](#) de 8 de Maio, que estabelece as regras a que deve obedecer o arredondamento da taxa de juro nos contratos de leasing, alugar de longa duração, factoring e outros

[Portaria n.º 310/2008 de 23 de Abril](#) Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Sumário: Altera e republica a [Portaria n.º 1177/2000](#) de 15 de Dezembro, que regulamenta o acesso ao crédito bonificado à habitação

[Decreto-lei n.º 54/2008 de 26 de Março](#) Ministério das Finanças e da Administração Pública

Sumário: Procede à quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 27/2001](#) de 3 de Fevereiro, que regula o regime das contas poupança-habitação, clarificando o regime aplicável em matéria de mobilização de saldos para os fins não previstos na lei

[Decreto-lei n.º 171/2007 de 8 de Maio](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Estabelece as regras a que deve obedecer o arredondamento da taxa de juro quando aplicado aos contratos de crédito e de financiamento celebrados por instituições de crédito e sociedades financeiras que não se encontrem abrangidos pelo disposto no [Decreto-Lei n.º 240/2006](#) de 22 de Dezembro

[Decreto-lei n.º 51/2007 de 7 de Março](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Regula as práticas comerciais das instituições de crédito e assegura a transparência da informação por estas prestada no âmbito da celebração de contratos de crédito para aquisição, construção e realização de obras em habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento, bem como para aquisição de terrenos para construção de habitação própria

[Decreto-lei n.º 18/2007 de 22 de Janeiro](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Estabelece a data valor de qualquer movimento de depósitos à ordem e transferências efectuadas em euros, determinando qual o seu efeito no prazo para a disponibilização de fundos ao beneficiário, e altera o [Decreto-Lei n.º 41/2000](#) de 17 de Março

[Decreto-lei n.º 240/2006 de 22 de Dezembro](#) Ministério da Economia e da Inovação



UNIÃO GERAL DE CONSUMIDORES

Sumário: Estabelece as regras a que deve obedecer o arredondamento da taxa de juro quando aplicada aos contratos de crédito para aquisição, construção e realização de obras em habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento e para aquisição de terrenos para construção de habitação própria celebrados entre as instituições de crédito e os seus clientes

[Decreto-lei n.º 82/2006 de 3 de Maio](#) Ministério da Economia e da Inovação

Sumário: Altera o [Decreto-Lei n.º 359/91](#) de 21 de Setembro, alargando a obrigatoriedade de indicação da taxa anual de encargos efectiva global (TAEG) a todas as comunicações comerciais relativas ao crédito ao consumo

[Decreto-lei n.º 158/2002 de 2 de Junho](#) Ministério das Finanças

Sumário: Aprova o novo regime jurídico dos planos de poupança-reforma, dos planos de poupança-educação e dos planos de poupança-reforma/educação, revogando o [Decreto-Lei n.º 205/89](#) de 27 de Junho, com a redacção dada pelo [Decreto-Lei n.º 145/90](#) de 7 de Maio, e o [Decreto-Lei n.º 357/99](#) de 15 de Setembro

[Decreto-lei n.º 27/2001 de 3 de Fevereiro](#) Ministério das Finanças

Sumário: Regula o novo regime das contas poupança-habitação

[Decreto-lei n.º 320/2000 de 15 de Dezembro](#) Ministério das Finanças

Sumário: Altera o [Decreto-Lei n.º 349/98](#) de 11 de Novembro, que estabelece o regime jurídico da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento

[Decreto-lei n.º 27-C/2000 de 10 de Março](#), Presidência do Conselho de Ministros

Sumário: Cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários

[Decreto-lei n.º 349/98 de 11 de Novembro](#) Ministérios das Finanças e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território

Sumário: Estabelece o regime jurídico de concessão de crédito à habitação própria

[Decreto-lei n.º 220/94 de 24 de Agosto](#) Ministério das Finanças

Sumário: Estabelece o regime aplicável à informação que as instituições de crédito devem prestar aos seus clientes em matéria de taxas de juro e outros custos das operações de crédito

[Decreto-lei n.º 430/91 de 2 de Novembro](#) Ministério das Finanças



UNIAO GERAL DE CONSUMIDORES

Sumário: Regula a constituição de depósitos e introduz no ordenamento jurídico português uma nova modalidade de instrumento jurídico designado «depósito a prazo não mobilizável antecipadamente»

